

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINFOMA E LEUCEMIA - ABRALE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
31 DE DEZEMBRO DE 2024
Com o relatório dos auditores independentes

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINFOMA E LEUCEMIA - ABRALE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3

Demonstrações financeiras

Balanços patrimoniais 6
Demonstrações dos resultados 7
Demonstrações dos resultados abrangentes 8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 9
Demonstrações dos fluxos de caixa 10
Notas explicativas às demonstrações financeiras 11

Crowe Macro Auditoria e Consultoria
R. XV de Novembro, 184
3º Andar – Centro, São Paulo, SP
+55 (11) 5632.3733
www.crowe.com/br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associados
Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE
São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE ("Associação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos que poderiam advir caso não houvesse a limitação descrita no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião com ressalva

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a administração da Associação entende não ser contribuinte do COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social sobre as receitas de patrocínio. Não foi fornecido pelos assessores jurídicos e pela administração da Associação um parecer sobre a incidência da referida contribuição naquelas receitas, e, portanto, ficamos impossibilitados de concluir sobre possíveis impactos que poderiam ter sido ocasionados nas demonstrações financeiras da Associação caso essa contribuição viesse a ser exigida pelas autoridades fiscais para o período sujeito à prescrição.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Associação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de ser causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente de ser causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.

- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

  Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de outubro de 2025.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1



Roberson de Sousa Cardoso
Contador - CRC1SP 325546/O-9



Fábio Debiaze Pino
Contador - CRC1SP 251154/O-9

Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais (R$)

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2024	2023
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	3.416.186	3.444.762	Contas a pagar	**7**	215.266	211.027
Doações e patrocínios a receber	**5**	802.535	871.497	Obrigações trabalhistas	**8**	105.233	98.446
Outros créditos		113.946	97.204	Obrigações tributárias		46.741	41.595
		4.332.667	**4.413.463**	Doações projetos incentivados	**9**	2.501.657	2.881.740
				Partes relacionadas		-	300.000
Não circulante						**2.868.897**	**3.532.808**
Imobilizado	**6**	224.311	279.760				
		224.311	**279.760**	**Patrimônio líquido**			
				Patrimônio social	**10**	1.160.415	1.375.210
				Superávit (déficit) do exercício		527.666	(214.795)
						1.688.081	**1.160.415**
Total		**4.556.978**	**4.693.223**	**Total**		**4.556.978**	**4.693.223**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em reais (R$)

	Nota	2024	2023
Receitas			
Patrocínios			
Nacional		4.161.089	3.442.395
Internacional		516.841	146.009
		4.677.930	**3.588.404**
Doações			
Pessoa física		529.666	540.490
Pessoas jurídicas		150.664	671.129
		680.330	**1.211.619**
Outras receitas			
Convênio PRONON e CONDECA	**9**	1.413.145	633.589
Congressos e simpósios		4.592.129	3.719.387
Curso Onco Ensino		113.733	78.027
Trabalhos voluntários	**11**	462.695	395.291
		6.581.702	**4.826.294**
Total receitas		**11.939.962**	**9.626.317**
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	**12**	(4.719.678)	(4.368.809)
Despesas gerais e administrativas	**13**	(1.351.434)	(1.402.812)
Programas assistenciais	**14**	(3.504.696)	(3.027.442)
Trabalhos voluntários	**11**	(462.695)	(395.291)
Despesas com Projetos PRONON e CONDECA	**9**	(1.568.755)	(851.072)
Impostos, taxas e contribuições		(83.525)	(63.860)
Outras receitas (despesas)		121	5.362
Total de despesas operacionais		**(11.690.662)**	**(10.103.924)**
Superávit (Déficit) antes do resultado financeiro		**249.300**	**(477.607)**
Resultado financeiro líquido	**15**	278.366	262.812
Superávit (Déficit) do exercício		**527.666**	**(214.795)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE

Demonstração dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R$)

	2024	2023
Superávit (Déficit) do exercício	**527.666**	**(214.795)**
Outros resultados abrangentes		-
Total dos resultados abrangentes	**527.666**	**(214.795)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais (R$)

Descrição	Patrimônio social	(Déficit) Superávit do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.359.601**	**(984.391)**	**1.375.210**
Transferência do déficit do exercício anterior	(984.391)	984.391	-
Déficit do exercício	-	(214.795)	(214.795)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.375.210**	**(214.795)**	**1.160.415**
Transferência do déficit do exercício anterior	(214.795)	214.795	-
Superávit do exercício	-	527.666	527.666
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.160.415**	**527.666**	**1.688.081**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia - ABRALE

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R$)

	2024	2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais:		
Superávit (Déficit) do exercício	**527.666**	**(214.795)**
Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	55.449	54.239
	583.115	**(160.556)**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Doações e patrocínios a receber	68.962	(133.860)
Outros créditos	(16.742)	8.316
Contas a pagar	4.239	45.125
Obrigações trabalhistas	6.787	(75.951)
Obrigações tributárias	5.146	(5.435)
Doações e projetos incentivados	(380.083)	288.896
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais	**271.424**	**(33.465)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	-	(61.853)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	**-**	**(61.853)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos e financiamentos	-	(18.349)
Partes relacionadas	(300.000)	300.000
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamentos	**(300.000)**	**281.651**
(Decréscimo) acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(28.576)**	**186.333**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.444.762	3.258.429
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.416.186	3.444.762
(Decréscimo) acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(28.576)**	**186.333**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A ABRALE - Associação Brasileira de Linfoma e Leucemia ("Associação") é uma entidade sem fins lucrativos e sem vinculação econômica, política, religiosa, de raça, de cor ou de categoria social, que tem por finalidade o estudo, o esclarecimento, o tratamento e a assistência social aos portadores de linfoma e leucemia, devendo para tanto:

- Prestar serviços de assistência social aos portadores de linfoma e leucemia.
- Promover intercâmbio e convênios com entidades e associações nacionais ou estrangeiras para o estudo e a divulgação de novas metodologias para o tratamento de linfomas e leucemias.
- Dar orientação e apoio aos portadores de linfomas e leucemias.
- Promover seminários, palestras e congressos para o estudo e a divulgação de metodologias para o tratamento de linfomas e leucemias.
- Manter contratos com entidades e órgãos públicos e privados para fins de melhoria de atendimento médico e social aos portadores de linfomas e leucemias.
- Promover esforços para a criação e instalação de Centros de Referência no tratamento aos portadores de linfomas e leucemias.
- Dar suporte aos Núcleos Regionais no que se referir às atividades relacionadas aos objetivos da Associação.
- Participar de outras associações que tenham finalidades iguais, semelhantes ou, de uma forma ou de outra, ligadas aos objetivos da Associação.
- Representar os direitos e interesses individuais ou coletivos de seus associados, na forma dos dispositivos legais e constitucionais.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) "Entidades sem fins de lucros".

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Associação em 08 de outubro de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência.

3.2 Instrumentos financeiros

A Associação opera com instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 4), incluindo aplicações financeiras, classificados ao valor justo por meio do resultado e doações e patrocínios a receber (Nota explicativa nº 5), outros créditos, contas a pagar (Nota explicativa nº 7), doações projetos incentivados (Nota explicativa nº 9) e partes relacionadas, classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição de riscos de crédito, de taxa de juros e de moeda, quando possível e aplicável. Os instrumentos financeiros estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os valores registrados no ativo e passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento em sua maioria, em prazos inferiores a 12 meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos incluem valores em caixa e depósitos bancários prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitos a um risco significante de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos, se aplicável, que não ultrapassam seus respectivos valores de mercado.

3.4 Doações e patrocínios a receber

As doações e patrocínios a receber são avaliadas e apresentadas pelo valor de realização. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é analisada e estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Associação não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (vide nota explicativa nº 6).

3.6 Avaliação de *impairment* de ativos (não financeiros)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.7 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente.

3.8 Provisão para contingência

As provisões são reconhecidas quando a Associação tem uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.9 Patrimônio social

Constituído por doações recebidas de terceiros, acrescido ou diminuído dos superávits ou déficits apurados em cada exercício.

A transferência dos superávits/déficits para o patrimônio social ocorre por meio de aprovação da assembleia dos associados.

3.10 Outros ativos e passivos não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Aplicações financeiras	3.397.394	3.367.864
Bancos conta movimento	17.914	76.020
Caixa	878	878
Total	**3.416.186**	**3.444.762**

A Associação tem políticas de investimentos financeiros que determinam que se concentrem em baixo risco e são substancialmente remunerados com base em percentuais da variação do CDI. Os saldos referem-se única e exclusivamente às aplicações em fundos de investimento em instituições tradicionais e de baixo grau de risco.

5. Doações e patrocínios a receber

Descrição	2024	2023
Bms - Bristol-Myers Squibb	225.760	-
Gilead – Kite	172.890	-
Roche	103.707	-
Amgen	87.750	-
Novartis	60.000	-
Aché	56.100	-
Gacc/Se	26.429	-
Trackmov	17.042	14.621
Doare Gestão Financeira	13.206	10.669
Unaccam	10.000	-
Associados – Mastercard	9.784	4.077
Eadbox – Herospark	9.684	3.917
Associados – Visa	4.873	3.245
Associados Paypal	3.360	2.796
Daxia Doce Aroma Ind. Com. Ltda.	1.100	-
Vivavida Instituto	-	250.000
Abbvie	-	213.655
Daiichi Sankyo	-	135.000
Instituto Avon	-	79.640
Teva Farmacêutica Ltda.	-	70.000
Alexion	-	40.656
Sanofi Medley	-	27.900
Janssen	-	3.194
Md Health	-	3.000
In Construção de Marcas Ltda.	-	1.000
Outras doações	850	8.127
Total	**802.535**	**871.497**

6. Imobilizado

		2024			2023
Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Computadores e periféricos	20%	263.461	(206.167)	57.294	92.280
Móveis e utensílios	10%	216.789	(188.908)	27.881	45.308
Instalações	10%	20.869	(20.694)	175	174
Benfeitorias imóveis de terceiros	-	461.630	(374.808)	86.822	86.821
Licença de uso	20%	129.502	(79.133)	50.369	53.407
Marcas e patentes	-	1.770	-	1.770	1.770
Total		**1.094.021**	**(869.710)**	**224.311**	**279.760**

Movimentação do exercício de 2024:

Descrição	2023	Adições	2024
Custo			
Computadores e periféricos	263.461	-	263.461
Móveis e utensílios	216.789	-	216.789
Instalações	20.869	-	20.869
Benfeitorias imóveis terceiros	461.630	-	461.630
Licença de uso	129.502	-	129.502
Marcas e patentes	1.770	-	1.770
Total custo	**1.094.021**	**-**	**1.094.021**
(-) Depreciação acumulada	(814.261)	(55.449)	(869.710)
Imobilizado líquido	**279.760**	**(55.449)**	**224.311**

Movimentação do exercício de 2023:

Descrição	2022	Adições	2023
Custo			
Computadores e periféricos	201.608	61.853	263.461
Móveis e utensílios	216.789	-	216.789
Instalações	20.869	-	20.869
Benfeitorias imóveis terceiros	461.630	-	461.630
Licença de uso	129.502	-	129.502
Marcas e patentes	1.770	-	1.770
Total custo	**1.032.168**	**61.853**	**1.094.021**
(-) Depreciação acumulada	(760.022)	(54.239)	(814.261)
Imobilizado líquido	**272.146**	**7.614**	**279.760**

7. Contas a pagar

Descrição	2024	2023
Kinea Renda Imobiliaria Fundo de Invest.Imob.	41.074	39.294
Sul América Companhia de Seguro Saúde	27.840	-
Condomínio Edifício Athenas	18.004	15.805
Anete Ortiz - Sinergia e Comunicação	13.287	-
Fabio Augusto Fedozzi	9.877	-
Gerson Geraldo de Paula	8.000	8.000
Maria Do Socorro Dantas de Araujo	7.000	-
Jikan Ltda	7.000	-
Tivolitur Viagens e Turismo Ltda	6.545	-
Bradesco Saúde S/A	6.176	33.045
Outras contas a pagar	70.463	114.883
Total	**215.266**	**211.027**

8. Obrigações trabalhistas

Descrição	2024	2023
INSS a recolher	79.312	74.367
FGTS a recolher	25.921	24.079
Total	**105.233**	**98.446**

9. Doações projetos incentivados

Descrição	2024	2023
Projeto EAD Onco ensino Fase 3 - Pronon	2.501.657	-
Projeto OncoTeleinterconsulta – PRONON	-	2.028.597
Projeto Dodoi condeca	-	853.143
Total	**2.501.657**	**2.881.740**

Descrição	2024	2023
Receitas – Doações PRONON e CONDECA	1.413.145	633.589
Total	**1.413.145**	**633.589**

Descrição	2024	2023
Despesas – PRONON e CONDECA	(1.568.755)	(851.072)
Total	**(1.568.755)**	**(851.072)**

Instituídos pela Lei nº 12.715/2012, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são dois programas implantados pelo Ministério da Saúde para incentivar ações e serviços desenvolvidos por entidades, associações e fundações privadas sem fins lucrativos no campo da oncologia e da pessoa com deficiência.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONDECA-SP) foi criado a partir da Lei Estadual nº 8.074, de 1992. Sua regulamentação deu-se pelos Decretos Estaduais nº 39.059/1994 e 39.104/1994. Logo surgiram também os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCAs).

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA financia e desenvolve projetos de defesa dos direitos da criança e do adolescente junto aos conselhos municipais, às entidades, às organizações governamentais e não-governamentais, com ações de capacitação e a realização de encontros e discussões em todo o Estado, com o objetivo de fazer cumprir o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Pessoas físicas e jurídicas que contribuírem com doações para esses projetos poderão se beneficiar de deduções fiscais no Imposto de Renda.

10. Patrimônio social

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos valores dos superávits e diminuído dos déficits ocorridos desde a data da fundação da Associação.

Se a Associação vier a ser dissolvida, por impossibilidade de funcionamento, a critério da Assembleia Geral, destinará o seu eventual patrimônio remanescente à entidade congênere

registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou entidade pública a critério da Associação.

11. Trabalhos voluntários

Atendendo à Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprova a NBC ITG 2002 - Entidades sem Finalidade de Lucros, a qual define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Associação. Esses trabalhos foram divididos em três grupos: Comitê científico, Conselho curador e Trabalhos administrativos. No grupo Comitê Científico encontram-se os trabalhos voluntários de médicos em geral. No grupo Conselho curador encontram-se os trabalhos voluntários dos conselheiros. No grupo Trabalhos Administrativos encontram-se os trabalhos voluntários de pessoas físicas relacionadas ao serviço gratuito de digitação. A mensuração dos trabalhos voluntários nos três grupos foi efetuada com base nas horas despendidas e atualizada pelo IPCA do ano, para conselheiros e digitadores, respectivamente.

Descrição	2024	2023
Comitê científico	301.484	329.960
Conselho curador	28.050	4.269
Trabalhos administrativos	133.161	61.062
Total	**462.695**	**395.291**

12. Despesas com pessoal

Descrição	2024	2023
Salários e ordenados	(2.159.359)	(2.024.583)
INSS	(711.576)	(629.025)
Vale refeição	(426.482)	(407.427)
Assistência médica	(351.246)	(296.591)
Férias	(254.156)	(186.121)
FGTS	(215.798)	(192.160)
13º salário	(194.655)	(166.101)
Cesta básica	(82.938)	(77.211)
Serviços de marketing	(79.200)	-
Serviços Diversos	(44.206)	-
Rescisão	(40.416)	(44.818)
Bolsa auxílio	(40.120)	(39.140)
Vale transporte	(39.278)	(31.341)
PIS	(26.453)	(23.750)
Despesas com confraternização	(17.137)	(14.607)
Treinamento	(10.321)	(4.105)
Seguro de vida	(7.765)	(7.747)
Outros benefícios	(6.995)	(2.880)
Exame admissional/demissional	(6.868)	(5.864)
Auxílio Creche	(2.644)	(3.480)
Terapia psicológica	(1.570)	(4.290)
Despesas com uniformes e crachás	(495)	-
Ajuda de custo	-	(901)
Serviços Diversos	-	(170.532)
Serviços de marketing	-	(36.135)
Total	**(4.719.678)**	**(4.368.809)**

13. Despesas gerais e administrativas

Descrição	2024	2023
Aluguéis	(437.576)	(392.944)
Comissões s/ Anúncio/Vendas/Apoio	(365.127)	(299.854)
Condomínio	(212.692)	(197.347)
Serviços de Captação de Recursos	(81.500)	-
Despesas com depreciação	(55.449)	(54.239)
Despesas c/ cobranças	(46.948)	(46.742)
DECP - Alimentação	(42.101)	(48.053)
Contador	(29.585)	(27.635)
Despesas c/ produtos para lojinha	(20.181)	(22.343)
Outras Despesas para Captação de Recursos	(11.556)	-
Material de copa e limpeza	(11.104)	(10.740)
Energia elétrica	(8.070)	-
Suporte de informática	(5.808)	(5.569)
Despesa com Projetos de Melhoria de Gestão	(5.125)	(188.928)
DECP - Materiais	(3.647)	(4.535)
Material de escritório	(3.367)	(3.310)
Suprimentos de informática	(3.160)	(3.787)
Serviços educacionais	(2.649)	-
Despesas Telefone Celular	(2.168)	-
Despesas Telefone Celular	(1.728)	-
Despesas com manutenção em geral	(897)	(17.025)
DECP - Staff	(676)	(986)
Telefone	(454)	-
Outros	(127)	(2.655)
Despesas para captação de recursos	-	(75.823)
Despesas com conduções	261	(297)
Total	**(1.351.434)**	**(1.402.812)**

14. Programas assistenciais

Descrição	2024	2023
Despesas com infraestrutura	(1.164.587)	(845.879)
Serviços prestados Núcleos	(423.984)	(374.053)
Despesas com alimentação	(330.783)	(201.916)
Despesas com estadias	(160.086)	(61.777)
Despesas com serviços de terceiros	(148.449)	-
DPEduc - Serviços de Gestão	(138.215)	-
Despesas com transporte	(120.100)	(62.326)
Atendimento Psicológico	(83.813)	-
Despesas com filmagens	(77.207)	(83.471)
DPET - Logística, hospedagem e alimentação	(76.688)	(52.889)
DPEduc - Produção de conteúdo Educacional	(66.790)	-
Despesas com materiais	(65.642)	(60.858)
Assessoria de imprensa	(65.500)	(55.000)
Despesas c/ viagens políticas	(55.894)	(79.718)
Despesa c/ Serviços de Terceiros (Campanhas/Programas)	(49.362)	-
Sistema para atendimento ao paciente (Tecnologia)	(42.642)	(26.307)
Despesas para Deslocamentos Núcleos	(39.975)	-
Despesas com divulgação	(39.554)	-
Despesas c/ Treinamento dos Núcleos	(38.474)	(30.216)

Despesas com staff	(37.644)	(37.178)
Materiais Promocionais	(34.439)	(68.484)
Web Site, Servidor e sistemas digitais	(32.640)	-
Despesas c/ viagens para supervisão Núcleos	(28.583)	-
Despesas c/ Reuniões para Advocacy	(28.255)	-
Atendimento Teleconsulta (médico)	(24.000)	(2.765)
Envio de material para paciente/núcleos	(20.730)	-
DPEduc - Tutoria	(20.240)	-
DPEduc - Divulgação de programas educativos	(19.000)	-
Despesas com campanhas e projetos	(14.476)	(3.228)
Postagem para divulgação/ Tráfego pago	(10.641)	(16.862)
Impressão de material educativo para paciente	(8.964)	(7.500)
Despesas Celulares Núcleos	(7.049)	-
Despesas com representações	(6.290)	(24.562)
Despesas ABRALE móvel	(5.335)	-
Encontro de pacientes	(4.359)	(3.213)
DPEduc - Gerenciamento e comunicação com alunos	(4.357)	-
DP - Sistemas/tecnologias para pesquisas	(1.880)	-
Telefone 0800	(1.780)	-
Difusão da informação	(1.705)	(141.764)
DPEduc - Plataforma e hospedagem	(1.672)	-
Outras Despesas de Apoio ao Paciente	(1.293)	(1.336)
Outras despesas com congressos	(540)	(322)
DP - Taxa de Submissão	(533)	-
DPET - Materiais e Stand	(472)	-
DPEduc - Infra para produção	(74)	-
Despesas com serviços de terceiros	-	(286.245)
DPEduc - Serviços Educacionais	-	(267.615)
Despesas com divulgação	-	(91.346)
Despesas com Núcleos	-	(68.165)
Web Site / Home Page / manutenção	-	(26.127)
Despesas Carro da Abrale	-	(6.370)
Outras ajudas ao paciente	-	(1.336)
Outros	-	(38.614)
Total	**(3.504.696)**	**(3.027.442)**

15. Resultado financeiro líquido

Descrição	**2024**	**2023**
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	324.811	326.115
Variação cambial	1.332	3
Descontos obtidos	4	196
	326.147	**326.314**
Despesas financeiras		
IRRF s/ receitas financeiras	(40.346)	(54.963)
Demais despesas financeiras	(7.435)	(8.539)
	(47.781)	**(63.502)**
Total	**278.366**	**262.812**

16. Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine-o integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos objetivos sociais da Associação, desde que atendidas as demais condições legais.

A Associação enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento do imposto de renda e da contribuição social sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e das finalidades da Associação, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, pode proporcionar a perda total da isenção da qual goza a Associação.

Com relação aos demais tributos incidentes sobre as operações próprias de sua atividade, destacamos o Programa de Integração Social - PIS - contribuição de 1% incidente sobre a folha de pagamentos.

Quanto à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, a Medida Provisória nº 2.158-35, em seu artigo 14, inciso X, dispôs que, para os fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas dessa contribuição as receitas relativas às atividades próprias das instituições de caráter cultural a que se refere o artigo 15 da Lei nº 9.532/97; todavia, tais atividades são entendidas pelas autoridades fiscais como sendo as contribuições, doações e anuidades ou mensalidades de seus associados e mantenedores ou os recursos recebidos de terceiros, destinados ao custeio e à manutenção da Associação e à execução de seus objetivos estatutários, mas que não tenham cunho contraprestacional. A Administração da Associação entende que todas as receitas auferidas decorrem de suas atividades próprias, não estando sujeitas à incidência da referida contribuição, inclusive as receitas decorrentes de patrocínios.

As declarações de rendimentos da Associação estão sujeitas à revisão e aceitação pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários, previdenciários e trabalhistas, inclusive aqueles decorrentes da contratação de prestadores de serviços, estão sujeitos a exame e aprovação final pelas autoridades fiscais.

17. Provisão para contingências

A Associação, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Associação não possuía nenhuma ação contra ela.

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e especialistas, quando aplicável, avalia os assuntos que possam gerar futuras discussões e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências.

18. Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – Entidade sem finalidade de lucros, a Associação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 31 de dezembro de 2023:

- Imposto de renda da Pessoa Jurídica (IRPJ);

- Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

19. Cobertura de seguros

A Associação mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

20. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Associação mantém operações com instrumentos financeiros, porém não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

A Associação não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas por sua administração.

21. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data-base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

..*